



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10380.723237/2009-35</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3201-012.492 – 3ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	25 de julho de 2025
<b>RECURSO</b>	EMBARGOS
<b>EMBARGANTE</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>INTERESSADO</b>	SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUÍMICA S.A.

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/03/2006

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO

Dado o erro material ou lapso manifesto apontado pela embargante, torna-se necessária a correção do acórdão embargado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, interpostos pela Fazenda Nacional, para corrigir o dispositivo do Acórdão nº 3201-010.658, de 25 de julho de 2023, que passa a ter a seguinte redação: Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reconhecer o direito ao desconto de crédito em relação à aquisição de combustíveis aplicados nas atividades produtivas, desde que devidamente comprovados nos autos com documentação hábil e idônea, vencido o conselheiro Ricardo Sierra Fernandes, que negava provimento ao recurso.

*Assinado Digitalmente*

**Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi – Relatora**

*Assinado Digitalmente*

**Hélcio Lafetá Reis – Presidente**

Participaram do presente julgamento os conselheiros Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi, Fabiana Francisco, Flavia Sales Campos Vale, Marcelo Enk de Aguiar, Rodrigo Pinheiro Lucas Ristow, Helcio Lafeta Reis (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se da análise de embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional em face do Acórdão nº 3201-012.492, de 25 de julho de 2023, por meio do qual esta Turma assim se manifestou:

*Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.*

*Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reconhecer o direito ao desconto de crédito em relação à aquisição de combustíveis aplicados nas atividades produtivas, mas desde que devidamente comprovados nos autos com documentação hábil e idônea, e aos serviços de revisão de empilhadeira, comprovados por meio da nota fiscal de fl. 356, vencido o conselheiro Ricardo Sierra Fernandes, que negava provimento ao recurso. (grifei)*

A decisão teve as seguintes ementas:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

*Período de apuração: 01/01/2006 a 31/03/2006*

*REGIME NÃO-CUMULATIVO. INSUMOS. CONCEITO. PRECEDENTE JUDICIAL. APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA. No regime não cumulativo das contribuições o conteúdo semântico de insumo é mais amplo do que aquele da legislação do IPI e mais restrito do que aquele da legislação do imposto de renda. O REsp 1.221.170 / STJ, em sede de recurso repetitivo, confirmou a posição intermediária criada na jurisprudência deste Conselho e, em razão do disposto no Art. 62 do regimento interno deste Conselho, tem aplicação obrigatória. O dispêndio deve ser essencial e relevante ao cumprimento da atividade econômica da empresa.*

*DISPÊNDIOS COM COMISSÕES SOBRE VENDAS. IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO. Atividades administrativas gerais fogem ao conceito intermediário de insumo estabelecido no julgamento do Resp 1.221.170 / STJ e jurisprudência majoritária deste Conselho e não podem ser consideradas como dispêndios aptos à geração de crédito nesta sistemática de apuração.*

*CRÉDITO. COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES. POSSIBILIDADE. O inciso II, do Art. 3º, da Lei 10.833/03, permite de forma expressa o aproveitamento de crédito sobre os dispêndios com combustíveis e lubrificantes.*

*CRÉDITO. ÔNUS DA PROVA INICIAL DO CONTRIBUINTE.* Conforme determinação Art. 36 da Lei nº 9.784/1999, do Art. 16 do Decreto 70.235/72, Art 165 e seguintes do CTN e demais dispositivos que regulam o direito ao crédito fiscal, o ônus da prova é inicialmente do contribuinte ao solicitar seu crédito.

Cientificada da decisão, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) interpôs embargos de declaração, sob o argumento de que há contradição entre a parte dispositiva do arresto e a ementa do julgado, conforme trecho abaixo:

*Contudo, da leitura do voto condutor, mais especificamente do tópico “Serviços prestados por pessoas jurídicas (revisão preventiva e corretiva nas empilhadeiras, conserto e manutenção de peças, consultoria agronômica, tratamento de efluentes, toxicovigilância e farmacovigilância)”, que inclui os serviços de revisão de empilhadeira, verifica-se que foi negado provimento.*

Em relação ao ponto destacado nos embargos, o relator se manifestou nos seguintes termos em seu voto:

**- Serviços prestados por pessoas jurídicas (revisão preventiva e corretiva nas empilhadeiras, conserto e manutenção de peças, consultoria agronômica, tratamento de efluentes, toxicovigilância e farmacovigilância);**

*Conforme determinação Art. 36 da Lei nº 9.784/1999, do Art. 16 do Decreto 70.235/72, Art 165 e seguintes do CTN e demais dispositivos que regulam o direito ao crédito fiscal, o ônus da prova é do contribuinte ao solicitar seu crédito.*

*Neste caso em concreto a mera alegação de que suas aquisições e dispêndios são “insumos”, sem comprovar a relevância e essencialidade, não é possível concluir pela existência do crédito. Confira o único trecho em que o contribuinte defende o aproveitamento de crédito em tais situações:*

[...]

*Assim, em que pese alguns dispêndios estarem dentro das hipóteses em que este Conselho, em alguns dos julgamentos, permite o aproveitamento de crédito, o contribuinte se limitou afirmar que possui o crédito e que tal dispêndios possui determinada importância, sem, contudo, comprovar.*

*Antes de todo o contraditório, o contribuinte tem o ônus de quantificar, descrever, fundamentar e comprovar o crédito, com documentos, contabilidade e, minimamente, com cálculos. Nenhuma dessas providências foi realizada desde a Manifestação de Inconformidade, como bem salientou o relator da decisão de primeira instância.*

*A verdade material esteve presente na possibilidade de descrever seu crédito e juntar provas ao longo do procedimento administrativo fiscal, mas o contribuinte não aproveitou, não utilizou do princípio da verdade material para favorecer seu pedido.*

[...]

*Logo, não cumpriu com que foi determinado no Art. 16 do Decreto 70.235/72 e por isso, seu Recurso Voluntário não merece provimento. Ao solicitar o reconhecimento de um crédito, conforme Art. 165 e 170 do CTN, os créditos devem ser líquidos e certos, ônus que compete inicialmente ao contribuinte.*

*Portanto, os créditos citados acima devem ser negados.*

O Presidente da Turma, dentro de suas funções regimentais, admitiu os Embargos, reconhecendo a competência do recorrente e a tempestividade da interposição do Recurso. Ademais, entendeu que deveriam tais embargos ser analisados, nos seguintes termos:

*O que se pode verificar é que realmente o arresto padece do vício de contradição, pelo todo exposto nos Embargos da PGFN.*

*Ainda há mais a se destacar, não fica claro no texto do voto condutor se foi aceita a Nota Fiscal de fls. 356, que se refere ao serviço de revisão de empilhadeiras, uma vez que no parágrafo destacado nos Embargos, consta a informação de que: "Destaca-se que, do total de R\$ 2.000.526,95 em serviços glosados, somente foram apresentadas 2 (duas) Notas Fiscais, uma relativa a "revisão de empilhadeiras" (fl. 356) e uma relativa a "mão de obra empregada na moagem de plásticos PEAD" (fl. 357), que sequer pertence ao período em discussão, o que comprova seu caráter meramente exemplificativo, já destacado na decisão de primeira instância." , informação essa que levou à conclusão de que não houve cumprimento de requisito legal, pois que os créditos não seriam líquidos e certos.*

*Não resta clara a aceitação da comprovação citada, diante do excerto do voto condutor destacado acima e a redação da parte dispositiva do Acórdão, qual seja: "reconhecer o direito ao desconto de crédito em relação à aquisição de combustíveis aplicados nas atividades produtivas, mas desde que devidamente comprovados nos autos com documentação hábil e idônea, e aos serviços de revisão de empilhadeira, comprovados por meio da nota fiscal de fl. 356".*

*Assim, resta clara a contradição alegada em Embargos.*

É o relatório.

## VOTO

Conselheira **Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi**, Relatora

Conforme relatado, trata-se de embargos de declaração interpostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em face do Acórdão nº 3201-012.492, de 25 de julho de 2023, por meio do qual esta Turma decidiu, por unanimidade, rejeitar a preliminar de

nulidade e, no mérito, por maioria de votos, dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reconhecer o direito ao desconto de crédito referente à aquisição de combustíveis aplicados nas atividades produtivas, bem como aos serviços de revisão de empilhadeira, desde que devidamente comprovados nos autos com documentação hábil e idônea.

A embargante sustenta a existência de contradição entre a parte dispositiva do acórdão e o conteúdo do voto condutor, notadamente no que se refere ao aproveitamento de créditos relativos a serviços de revisão de empilhadeiras. Alega que o voto teria indeferido tais créditos, ao passo que o dispositivo reconheceu expressamente o direito ao creditamento com base na nota fiscal de fl. 356.

De fato, ao examinar o voto condutor, constata-se que, no tópico específico “Serviços prestados por pessoas jurídicas”, que inclui a revisão de empilhadeiras, a conclusão foi no sentido de negar provimento ao recurso voluntário quanto aos créditos pleiteados, diante da ausência de comprovação da essencialidade e relevância dos dispêndios. O relator, à época, enfatizou que o contribuinte não apresentou documentação hábil nem elementos mínimos de quantificação e contextualização do crédito, deixando de cumprir os ônus previstos no art. 16 do Decreto nº 70.235/1972 e no art. 36 da Lei nº 9.784/1999.

Contudo, a parte dispositiva do acórdão consignou, de forma expressa, o reconhecimento do direito ao crédito sobre os serviços de revisão de empilhadeira, com base na nota fiscal de fl. 356, criando inconsistência com a fundamentação do voto, onde se concluiu pela insuficiência probatória e pela negativa do crédito.

O próprio excerto do voto — também destacado pela PGFN — indica que tal nota fiscal foi mencionada apenas como exemplo isolado, dentro de um universo de glosas mais amplo, e não foi tida como suficiente para sustentar o direito creditório em juízo conclusivo.

Diante disso, reconhece-se que o acórdão embargado incorreu em vício de contradição, passível de correção nos termos do art. 65 do Regimento Interno do CARF. A retificação é necessária para adequar a parte dispositiva à fundamentação do voto condutor, de forma a refletir com exatidão o que foi efetivamente decidido.

Assim, voto por acolher os embargos de declaração interpostos pela Fazenda Nacional, para corrigir o dispositivo do Acórdão nº 3201-012.492, de 25 de julho de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

*Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reconhecer o direito ao desconto de crédito em relação à aquisição de combustíveis aplicados nas atividades produtivas, desde que devidamente comprovados nos autos com documentação hábil e idônea, vencido o conselheiro Ricardo Sierra Fernandes, que negava provimento ao recurso.*

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Barbara Cristina de Oliveira Pialarissi**